

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	6
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição - Gerenciamento Riscos

A Companhia não tem implementada uma estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de fatores de risco.

O Gerenciamento de Riscos da Companhia e da sua controlada está focada na continuidade da execução da obra, evitando a sua interrupção, mesmo temporária, fato este que poderia ter reflexos negativos na lucratividade da empresa, além de expô-la a questões jurídicas dos seus Clientes.

Assim, as medidas necessárias para mitigar ou controlar estes riscos são analisadas e definidas no planejamento das obras e incorporadas nos diversos aspectos de sua gestão, destacados a seguir.

- Todas as atividades que tenham possibilidades, mesmo remotas, de provocar acidentes e, por consequência, a paralisação de serviços são avaliadas e, com base no levantamento dos potenciais pontos de riscos, procedimentos são desenvolvidos e implementados de modo a evitar as suas ocorrências.
- Treinamentos intensivos e permanentes são realizados com o objetivo de promover comportamentos e ambientes de trabalho seguros e de evitar que empregados próprios e terceirizados sejam acidentados, através da atuação vigilante do Setor de Segurança do Trabalho.
- Na etapa de planejamento da obra também se faz a análise de riscos ambientais e de atendimento à legislação aplicável, pelo Setor de Meio Ambiente. Os Clientes da controlada, por serem organizações de grande porte, trabalham em conjunto com a empresa de modo a evitar a ocorrência de danos ambientais.
- Interrupções no ritmo da obra provocadas por condições atmosféricas fazem parte da natureza dos serviços de construção. Recentemente a controlada tem conseguido, em alguns casos, negociar os dias parados devidos a chuvas junto a alguns Clientes.
- Paralelamente são tomadas providências preventivas para que os recursos para a obra (pessoal, materiais e equipamentos) sejam disponibilizados conforme a demanda do cronograma físico da obra.
- A Companhia e a controlada têm cadastro atualizado em variados fornecedores para diversificar a aquisição de materiais, diluindo a dependência de suprimentos. O mesmo acontece para compra ou aluguel de equipamentos.
- O relacionamento da Seção Financeira da ATSA e da controlada com a rede bancária, que dá suporte às necessidades de capital de giro das obras e de investimento está pautado por uma postura de franqueza, através de comunicações com antecedência de qualquer evento que possa interferir nas cláusulas contratuais do empréstimo, o que proporciona um ambiente saudável nesta relação empresa – bancos..
- A atuação da Companhia e de sua controlada também é pautada pelo Código de Ética e Conduta e pelo fortalecimento dos controles internos relativos à gestão de integridade (*Compliance*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrição - Gerenciamento de Riscos de Mercado**

A Companhia não tem implementada uma estrutura organizacional formal de gerenciamento de riscos de mercado.

Ver comentários no item 4.2

Em julho de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Código de Ética e Conduta da Companhia. Em agosto/15 foi iniciada uma Campanha de Divulgação deste Código no âmbito da ATSA e da controlada ATE. Em outubro/15 foi ativado o Canal de Denúncias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles Internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controle interno e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia entende que a eficiência de seus controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é satisfatória e está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado, através do seu Sistema de Gestão Integrada – SGI, Mapa de Processos e também pela atuação permanente da sua Auditoria Interna.

Num sentido amplo, o Sistema de Gestão Integrada - SGI tem como “Entrada” os requisitos do Cliente, ou seja os requisitos de uma obra e como sua “Saída”, a entrega da obra com o cliente satisfeito pela qualidade, preço e prazo.

Para concretizar esta concepção sistêmica, o SGI da Companhia e da sua controlada tem como base um conjunto de Processos, assim relacionados:

- Apoio à realização das obras: Processos de Compras, de Almoxarifado, de Contratação de Serviços e de Equipamentos, Gestão de Equipamentos e de Ativos, de Gestão de Projetos, Calibração de Instrumentos e de RH- Gestão de Competências.
- Acompanhamento e controles: Processos de Auditoria Interna, de Custos e de QSMS - Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- Administração central: Processo de Gestão de TI, de RH – Pessoal, Financeiro, Contabilidade, de Gestão da Documentação e Assessoria Jurídica.
- Venda, realização e entrega da obra: Processo Comercial, de Abertura da obra, de Gestão da obra e de Encerramento da obra.
- Gestão da Empresa: Processo da Direção compreendendo a Análise da Diretoria (políticas e diretrizes, acompanhamento de resultados, análise crítica e planejamento corporativo) e o Processo de Ações de Melhoria.

Basicamente estes Processos tem como suporte operacional os softwares de gestão com os seus módulos de Compra, Almoxarifado, Contratação e Medição de Serviços, de Manutenção (Gestão de Equipamentos), Gestão de TI, Financeiro, Contabilidade, RH – Pessoal e QSMS que mantém permanente interface com os respectivos Processos. No SGI, estes módulos e Processos trabalham interligados gerando um única base de dados.

Os gestores se utilizam de Indicadores mensais, com dados gerados pelo sistema, para avaliarem o comportamento do seu Processo bem como elaboram relatórios mensais extraídos do sistema.

Tanto a Auditoria Interna e Externa executam os serviços fazendo auditoria nos processos que compõem o SGI – Sistema de Gestão Integrada verificando o cumprimento das suas Instruções Normativas, Fluxogramas, Relatórios e Indicadores com as suas metas.

O Processo de Auditoria Interna se desenvolve através do seu Plano Anual de Auditoria com programas de trabalho por trimestre e elabora relatórios de acompanhamento para cada auditoria efetivada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Anualmente a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes emite para a Companhia um Memorando de Planejamento de Serviços com detalhamento por área dos trabalhos de auditoria a serem realizados:

- nas revisões especiais a serem realizadas nas Informações trimestrais – ITR.
- no exame das Demonstrações Financeiras
- nos impostos, tributos e créditos tributários
- na seleção de itens a serem circularizados
- exame de relatórios gerencias e controles internos
- acompanhamento das variações e operações ocorridas
- procedimentos de auditoria nos diversos Processos da Companhia e da controlada com base na Matriz de Risco elaborada pela Boucinhas.

A Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes ao fazer a avaliação dos controles internos da ATSA e da controlada ao longo de 2015 (verificação das instruções dos Processos de Compras, de RH - Pessoal, do Financeiro, procedimentos de Custos, revisão tributária e acompanhamento de inventários) emitiu Relatórios sobre os Controles Internos, as quais foram acompanhados pela Diretoria da Companhia sem ter havido algo de maior significado.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A seção de Auditoria Interna desenvolve seus trabalhos no emissor e na sua controlada em conformidade aos requisitos estabelecidos na NBCT-12 e na Instrução Normativa Interna AT- IN 17.

A atuação da Auditoria interna abrange as áreas administrativas e operacionais (obras) e está lastreada nos seguintes documentos e procedimentos:

- Plano Anual de Auditoria Interna: é aprovado pela Diretoria e seu escopo define ciclos de exames nas áreas administrativa, contábil, financeira e operacionais, avaliando seus controles e eficácia. Mantém intensa interface com o Mapa de Processos do Sistema de Gestão Integrada- SGI da Companhia e suas Instruções Normativas.

- Exames: Abrangência estabelecida por grau de risco e relevância, amostragem e indicadores chaves.

- Registro de evidências: documentação coletada nos exames com registros em Papéis de Trabalho, para subsídios dos pontos de controle e acompanhamento em futuras avaliações ou testes subsequentes.

- Memorando de Auditoria: descreve a origem, causa e consequência dos pontos de controle interno auditados, por grau de relevância. É elaborado após reuniões de campo com as gerencias e engenheiros envolvidos

- Relatório de Análise e Comentários dos Gestores: com base no Memorando de Auditoria (minuta de campo) é elaborado o Relatório de Análise e Comentários dos Gestores com Recomendações e distribuído para as chefias envolvidas no processo que está sendo auditado, para serem comentados. Após o recebimento dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

comentários, a seção de Auditoria Interna elabora o Relatório Final de Auditoria que é enviado para Diretor Presidente, Diretoria Executiva e Diretoria Técnica.

- Plano de Ação: com base no Relatório Final de Auditoria é definido um Plano de Ação juntamente com o gestor do processo auditado. Este Plano de Ação contém um cronograma de ajustes das não conformidades registradas. A Chefia da Auditoria Interna promove reuniões de acompanhamento mensal para acompanhar os ajustes a serem realizados.

d. deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório circunstanciado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes exerceu seus trabalhos conforme definido no seu Memorando de Planejamento de Serviços - 2015 que englobou serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício, das revisões das informações trimestrais e dos controles internos através de análises e avaliações dos principais Processos do emissor que compõem o seu Sistema de Gestão Integrado - SGI e da sua controlada.

Como resultante dos trabalhos referentes aos controles internos, os auditores independentes encaminharam, ao longo de 2015, Relatórios sobre os Controles Internos à Diretoria com Recomendações as quais, na avaliação da Administração da Companhia, não configuram como casos de deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre medidas corretivas adotadas

A Diretoria concordou com as Recomendações relacionadas nos Relatórios sobre os Controles Internos emitidos pela empresa da auditoria independente durante o exercício de 2015. Vale esclarecer que não foram identificadas deficiências relevantes que pudessem influenciar nos resultados do emissor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Não se tem outras informações relevantes a serem apresentadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 Outras inf. relev. – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Não se tem outras informações relevantes sobre Riscos e Controles Internos a serem apresentadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais e resultado das operações

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O patrimônio líquido da Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), em 31/12/15, está em R\$ 45.123 mil, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do exercício anterior. Adiante tem-se o seu comportamento nos últimos 3 anos:

Anos	R\$ mil
2015	45.123
2014	45.171
2013	39.981

Vale observar que, apesar de ter ocorrido Lucro Líquido (R\$ 1.245 mil) no exercício, o patrimônio líquido sofreu uma pequena variação para menor motivada principalmente pela distribuição dos JCP no valor de R\$ 2.079 mil.

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.595 mil (R\$ 44.590 mil em 2014 e R\$ 44.981 mil em 2013), são os passivos mais relevantes da Companhia.

Em junho de 2014, a Companhia adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2% da Receita Bruta), de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 31/12/15, restavam 410 parcelas a pagar de um total de 600. O valor da parcela paga em dezembro/15 foi de R\$ 109 mil.

As despesas financeiras de R\$ 1.368 mil (R\$ 1.163 mil em 2014 e R\$ 1.138 mil em 2013), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto às instituições financeiras oficiais federais.

Os Índices de Liquidez Corrente em 2015 e 2014 foram de 1,73 % e 2,59% e o Índice de Liquidez Geral alcançou 0,61 % em 2015 e em 2014 ficou em 0,70%.

Observa-se que o Índice de Liquidez Corrente de 2015 correspondeu a 66,8% daquele do ano anterior. A principal causa deste recuo foi a acentuada queda verificada na Receita Bruta da Companhia que em 2015 atingiu R\$ 29.298 mil, enquanto que em 2014 chegou ao montante de R\$ 61.652 mil. Este mesmo comportamento aconteceu, de modo inverso na comparação deste Índice para os anos de 2014 e 2013 (2,59% e 2,18% respectivamente). A receita bruta de 2013 de R\$ 37.967 mil teve um significativo aumento em 2014, provocando o crescimento do Índice de Liquidez Corrente naquele ano. Os quadros adiante mostram o comportamento nos últimos 3 anos dos Índices de Liquidez Corrente e Geral, considerando-se a participação dos débitos do REFIS-I e a alternativa, sem estes débitos:

Índices de Liquidez em % - Situação normal			
Liquidez	2015	2014	2013
Corrente	1,73	2,59	2,18
Geral	0,61	0,70	0,71

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Índices de Liquidez em % - Situação sem o REFIS - I**

Liquidez	2015	2014	2013
Corrente	1,99	3,10	2,55
Geral	2,42	2,86	2,79

b. estrutura de capital

A Companhia utiliza recursos de terceiros através de contratação de linhas de financiamentos bancários para efetuar adiantamentos de recebíveis oriundos de seus contratos de prestação de serviços, para atender à sua necessidade de capital de giro. A partir de 2015 passou a trabalhar com Cartão de Crédito Corporativo dentro do mesmo propósito. Lucros retidos também são utilizados para reforço de capital de giro. A composição da estrutura de capital, em R\$ mil, está assim sumarizada:

Capital	2015	%	2014	%	2013	%
Próprio	45.123	99,9	45.171	100	39.981	100
Terceiros - Banco do Brasil	1.000	0,1	0	0	0	0
Total	46.123	100	45.171	100	39.981	100

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que, apesar das atuais condições econômicas do Brasil, o emissor tem capacidade de honrar o seu compromisso financeiro, pois trata-se apenas de um crédito rotativo através de Cartão de Crédito Empresarial do Banco do Brasil com limite de R\$ 1,0 milhão, renovável anualmente e sem garantia adicional.

Vale registrar que tanto o emissor como a sua controlada atravessam neste final de semestre de 2016, uma fase de descontinuidade temporária que assim pode ser sintetizada:

A perspectiva, no início deste ano, era de que a Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) desenvolveriam suas atividades pouco contaminadas pelos efeitos negativos da queda do ritmo da economia brasileira. Esta posição estava baseada na série de grandes concorrências que seriam realizadas pela PETROBRAS, previstas para acontecer ao longo do primeiro semestre/16, e por outros Clientes, principalmente Concessionárias de Rodovias.

De fato, as licitações da PETROBRAS ocorreram com a participação restrita de concorrentes. A ATE participou de três licitações de grande porte, sendo que, em uma delas, ocorrida em 30/03/16, apresentou a melhor proposta, no valor da ordem de R\$ 450 milhões. Infelizmente, esta concorrência, bem como as outras 2, nas quais a ATE tinha apresentado a segunda melhor proposta, foram canceladas. Estas licitações serão relançadas ainda no segundo semestre/16.

É importante destacar que a ATE tem mais de R\$ 1 bilhão em propostas apresentadas desde o ano passado para Concessionárias de Rodovias, que estão aguardando definições relativas aos contratos de concessões.

O que tem ocorrido, é que os Clientes, na maioria das vezes, têm postergado os investimentos, aguardando uma melhora das expectativas políticas econômicas do País, o que parece já estar começando, com a troca da equipe econômica.

Com as frustrações das expectativas admitidas no início do ano, a ATE e ATSA passaram a sentir o impacto da crise econômica, com reflexo nos resultados dos Balancetes de 30/06/16, crise esta que tem afetado também a grande maioria das empresas.

Consequentemente, a ATSA e a sua controlada ATE estão, neste segundo trimestre/16, atravessando uma fase de descontinuidade temporária na sua Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas estão se encerrando e a reposição normal da Carteira não está acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento de construção pesada, na qual atuam.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Associados a essa descontinuidade temporária - que diminuiu a Receita Bruta no segundo trimestre da Companhia e sua controlada - têm-se os efeitos negativos do peso dos seus custos fixos, dos custos com a desmobilização das obras relativos às demissões de mão de obra, da aplicação do dissídio coletivo sobre a mão de obra (9,83%) no mês de maio/16, do aumento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) que, desde dezembro/15, passou de 2% para 4,5%, sem poder ser repassado aos contratos antigos, além do aumento expressivo dos custos financeiros.

Deve-se destacar que as Diretorias Comercial e de Novos Negócios, junto com a Gerência de Concorrências, estão trabalhando intensivamente na busca de novos contratos e na elaboração de propostas para o segundo semestre, visando atender várias licitações já programadas pelos Clientes.

Como contraponto ao ocorrido no segundo trimestre/16, a ATE assinou os dois contratos descritos abaixo, que servem de sinalizador da retomada da normalidade das atividades:

- Em maio/16, contrato com a LOGUM Logística S.A., para a construção e montagem de etanolduto Guararema - São Caetano do Sul, no valor de R\$ 251,5 milhões e prazo de 18 meses.
- Em julho/16, contrato com a PETROBRAS TRANSPORTES S.A. – TRANSPETRO, para manutenção de tanques no Terminal Madre de Deus, Bahia, no valor de R\$ 60,8 milhões e prazo de 30 meses.

Em paralelo a estes acontecimentos, saliente-se que vêm sendo adotadas diversas medidas de contenção de custos, sem, contudo, se distanciar da necessidade de manutenção de uma estrutura compatível com as obrigações de uma Sociedade Anônima de Capital Aberto e capaz de atender os padrões de exigências de seus Clientes, viabilizando, assim, contratações de novas obras.

É importante registrar que a Companhia possui o imóvel onde está localizada a sua Sede, contabilizado no imobilizado e terrenos, contabilizados na conta estoque para venda, pelo valor de R\$ 20.578 mil, contra um valor venal de referência para cálculo de ITBI de R\$ 47.196 mil. Esta diferença de R\$ 26.619 mil poderia ser incorporada ao patrimônio se os mesmos fossem registrados pelo valor justo. Tem-se adicionalmente uma diferença de R\$ 7.943 mil referente ao terreno (lote-09), que foi capitalizado na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. pelo valor contábil de R\$ 2.836 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado por perito, por ocasião do requerimento do seu desenvolvimento no REFIS, no valor de R\$ 34.562 mil. Estes terrenos, incluindo a Sede, estão localizados na cidade de São Paulo, no bairro de Pirituba, com área total de 156 mil m².

Mesmo com o atual cenário de incerteza, a Diretoria acredita que o mercado continuará a ser demandante de serviços e precisando de empresas com a capacidade da ATSA e da ATE.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O quadro abaixo apresenta as fontes de financiamentos da Companhia para os últimos 3 anos, em R\$ mil.

Fontes	Financiamentos	2015	2014	2013
Banco do Brasil	Capital de Giro	1.000	0	0
----	Investimentos em ativos não - circulantes	0	0	0

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No exercício de 2015 a Companhia não se utilizou de linhas de financiamento para investimentos. Para o exercício de 2016 as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, tais como Cartão de Crédito

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Corporativo do Banco do Brasil, adiantamento de recebíveis garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados. Ver itens 10.8 a.i e a.ii.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O principal débito da Companhia refere-se à dívida para com o REFIS - I Federal registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/15 nos montantes de R\$ 1.305 mil e R\$ 43.290 mil, respectivamente, totalizando R\$ 44.595 mil contra R\$ 44.590 mil verificado no ano anterior e R\$ 44.981 em 2013.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeira

A Companhia não possui.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas com garantias do emissor se resumem em:

- Fiscal junto ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I e
- Bancária com o Banco do Brasil.

Os débitos fiscais incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS – I, no valor de R\$ 44.595 mil em 31/12/15 (R\$ 44.590 mil em 31/12/14 e R\$ 44.981 mil em 31/12/13) são os passivos mais relevantes da empresa. Como condição de adesão ao referido Programa, foram arrolados bens imóveis pertencentes à Companhia, como condição de garantia da dívida parcelada

Em junho de 2014, o emissor adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2 % da Receita Bruta) de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 30/06/16 restavam 404 parcelas a pagar de um total de 600. O valor da parcela paga em junho/16 foi de R\$ 111 mil.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, os débitos incluídos neste Programa não serão considerados na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

A dívida bancária corresponde a um crédito rotativo com o Banco do Brasil através de Cartão de Crédito Empresarial, com garantia de aval de Diretores da Companhia e da controlada ATE e renovável anualmente, no valor de R\$ 1.000 mil em 31/12/15 (R\$ 0,00 em 31/12/14 e R\$ 0,00 em 31/12/13).

Em resumo tem-se, em R\$ mil:

DÍVIDAS	2.015	2.014	2.013
Fiscal (com garantia)	44.595	44.590	44.981
Bancária (com aval)	1.000	0	0
Quirografárias	14.155	14.536	15.450
Total	59.750	59.126	60.431

As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Assim, em caso de concurso de credores, as dívidas com garantia real têm prioridade para recebimento sobre as demais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de financiamento firmados pela ATSA e sua controlada

Vale, contudo, registrar que sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens imóveis arrolados no âmbito daquele parcelamento.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem utilizado o Cartão de Crédito Corporativo emitido pelo Banco do Brasil, com crédito no valor de R\$ 1,0 milhão e com garantia de aval dos Diretores e da controlada ATE

h. alteração significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As alterações mais significativas nas demonstrações financeiras do exercício foram as seguintes:

Milhares de Reais	12.2014	12.2015	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO	104.297	104.873		
CIRCULANTE				
Aplicações Financeiras	3.728	1.125	1,07%	30,18%
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Estoque de Imóveis	11.786	9.561	9,12%	81,12%
PASSIVO E PATRIMÔNIO Líquido	104.297	104.873		
CIRCULANTE				
Juros S/ Capital Próprio a Pagar	46	1.637	1,56%	3558,70%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Provisões para Contingências	2.000	1.000	0,95%	50,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Lucros Retidos	4.875	6.291	6,00%	129,05%
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
RECEITA LÍQUIDA	56.557	27.305	100,00%	48,28%
Custos	(42.556)	(17.437)	-63,86%	40,97%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais,liquidas	(1.058)	862	3,16%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

A diminuição de R\$ 2.603 mil foi motivada, principalmente pela necessidade de capital de giro.

ESTOQUE DE IMÓVEIS

A diminuição de R\$ 2.225 mil em virtude da transferência para a controlada ATDI-III (Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda.)

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O aumento de R\$ 1.591 mil foi que em 2014 quando da distribuição JCP foi pago tudo em 2014 e a distribuição JCP de 2015 foi pago 1 parcela em 2015 e as 11 parcelas restantes em 2016.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Houve redução de R\$ 1.000 mil, em função do relatório dos advogados.

LUCROS RETIDOS

Houve aumento de R\$ 1.416 mil que será utilizado para reforço de capital de giro e fortalecimento e preservação do Patrimônio Líquido.

RESULTADO**RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL**

A diminuição ocorrido em 2015 de R\$ 29.252 mil foi em função da diminuição do faturamento das obras ao longo de 2015.

CUSTOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos Serviços Prestados

A diminuição ocorrido em 2015 de R\$ 25.119 mil foi em função da diminuição do faturamento das obras ao longo de 2015.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LIQUIDAS

A variação de 2014 para 2015 ocorreu principalmente, pela diminuição da provisão para contingências.

Milhares de Reais	12.2013	12.2014	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO	100.412	104.297		
CIRCULANTE				
Clientes	10.255	13.470	12,92%	131,35%
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.847	7.702	7,38%	71,01%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.412	104.297		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Integralizado	53.896	28.047	26,89%	52,04%
Lucros Retidos		4.875	4,67%	
Prejuízos Acumulados	(25.849)	-		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

RECEITA LÍQUIDA	35.615	56.557	100,00%	158,80%
Custos	(21.624)	(42.556)	-75,24%	196,80%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais,liquidas	(3.804)	(1.058)	-1,87%	27,81%

CLIENTES

O aumento de R\$ 3.215 mil ocorreu pelo aumento de receita no período.

CRÉDITOS FISCAIS – PREJUÍZO FISCAL

A diminuição de R\$ 3.145 mil foi ocasionado pela cessão R\$ 2.544 mil para a controlada quitar parcelamento REFIS –IV e o restante utilizado para compensar com lucro exercício.

CAPITAL SOCIAL

Em 30.04.2014 foi reduzido o capital em R\$ 25.849 mil, zerando a conta de Prejuízos Acumulados.

LUCROS RETIDOS

Em 2013 estava zerada, em 2014 está com R\$ 4.875 mil , que será utilizada para reforço de capital de giro e fortalecimento e preservação do Patrimônio Líquido.

PREJUÍZOS ACUMULADOS

Em 30.04.2014 foi reduzido o capital em R\$ 25.849 mil, zerando a conta de Prejuízos Acumulados.

RESULTADO**RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL**

O aumento ocorrido em 2014 de R\$ 20.942 mil foi em função do aumento do faturamento das obras ao longo de 2014

CUSTOS SERVIÇOS PRESTADOS

O aumento ocorrido em 2014 de R\$ 20.932 mil foi em função do aumento do faturamento das obras ao longo de 2014.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LIQUIDAS

A diminuição das despesas em 2014 ocorreu em função da baixa em 2013 do precatório judicial contra o DER-SP , o que não aconteceu em 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Milhares de Reais	12.2012	12.2013	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO	89.194	100.412	100,00%	
CIRCULANTE				
Aplicações Financeiras	2.627	4.998	4,98%	190,26%
Clientes	2.509	10.255	10,21%	408,73%
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Estoque de Imoveis	6.322	11.670	11,62%	184,59%
Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	6.890	10.847	10,80%	157,43%
PERMANENTE				
Imobilizado - Reavaliação imóvel Pirituba	12.818	7.815	7,78%	60,97%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.194	100.412	100,00%	
CIRCULANTE				
Fornecedores	652	2.776	2,76%	425,77%
Salários e Contribuições Sociais	1.528	2.660	2,65%	174,08%
Impostos a Recolher	496	1.750	1,74%	352,82%
REFIS - FEDERAL LEI 9.964	176	1.230	1,22%	698,86%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Prejuízos Acumulados	(33.585)	(25.849)	-25,74%	76,97%
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
RECEITA LÍQUIDA	15.901	35.615	100,00%	223,98%
Custos	(7.961)	(21.624)	-60,72%	271,62%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais,liquidas	1.629	(3.804)	-10,68%	

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O aumento de R\$ 2.371 mil foi motivada pelo recebimento ao fim do mês de faturas de obras contratadas.

CLIENTES

O aumento de R\$ 7.746 mil ocorreu pelo aumento de receita com a entrada de contrato de obras públicas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ESTOQUE DE IMÓVEIS**

O aumento de R\$ 5.348 mil foi ocasionado pela transferência do Imobilizado para esta conta.

CREDITOS FISCAIS – PREJUÍZO FISCAL

O aumento de R\$ 3.957 mil foi reconhecido baseado em estudo de viabilidade econômica.

IMOBILIZADO - REAVALIAÇÃO

A diminuição foi ocasionado pela transferência do Imobilizado para a conta Estoque de Imóveis.

FORNECEDORES, SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E IMPOSTOS A RECOLHER

Tiveram aumento em virtude do aumento de receita com a entrada de contrato de obras públicas.

REFIS FEDERAL LEI 9964 (CURTO E LONGO PRAZO)

Houve diminuição motivada pela baixa de processos que estavam sendo questionados administrativamente na Receita Federal e por pagamentos no período.

PREJUÍZOS ACUMULADOS

Houve diminuição pelo lucro apurado no período de R\$ 7.736 mil.

RESULTADO**RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL**

O aumento ocorrido em 2013 de R\$ 19.714 mil foi em função do aumento do volume de obras ao longo de 2013.

CUSTOS SERVIÇOS PRESTADOS

O aumento ocorrido em 2013 de R\$ 13.663 mil, foi em função do aumento do volume de obras ao longo de 2013.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LIQUIDAS

O aumento das despesas ocorreu pela baixa precatório judicial contra o DER-SP de R\$ 3.848 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado Operacional e Financeiro**

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

O quadro abaixo mostra o comportamento da receita bruta do emissor, nos 3 últimos anos, em reais mil:

Rubrica	2013	2014	2015
Receita Bruta	37.967	61.652	29.298

Esta receita bruta é composta de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. e de execução de obras para os seguintes órgãos públicos:

Prefeituras dos Municípios de Barueri e de Mogi das Cruzes e para o DER-SP (viaduto em Cubatão).

O baixo valor da receita bruta verificado em 2015 reflete a queda acentuada do faturamento provocada pelo menor volume de contratações de obras públicas, como consequência da crise política econômica, ora atravessada pelo País.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A redução dos resultados operacionais ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial, além das despesas financeiras do REFIS.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

No exercício de 2015, os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa (construção pesada).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças práticas contab./ Ressalvas e ênfases**

Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças e nem efeitos significativos nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

O Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não apresentou ressalvas e nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Contingências

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais.

Não foram provisionadas as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2015 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 1.000 mil e R\$ 3.600 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa

A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, restando um saldo de R\$ 7.702 mil. Em 2015 não foi utilizado nenhum valor desse crédito, permanecendo um saldo reconhecido, em 31/12/15, de R\$ 7.702 mil, (R\$ 1.602 mil por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis e R\$ 6.100 mil por conta de lucros tributáveis futuros).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasContingências

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais.

Não foram provisionadas as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2014 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 2.000 mil e R\$ 4.600 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa da Contribuição Social

Em 31/12/14, não houve Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social. A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, incluídos R\$ 2.544 mil cedidos em 30/10/14 para a controlada ATE quitar o REFIS – IV. Resta um saldo reconhecido em 31/12/14 de R\$ 7.702 mil, incluindo os R\$ 1.889 mil ativados em 2012 por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis.

Histórico do reconhecimento do crédito fiscal:

Em 31/12/11, foram reconhecidos R\$ 2.400 mil desses créditos, baseado em estudo de viabilidade. Em 31/12/12, em função da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis, foram reconhecidos R\$ 1.889 mil. Também, em 31/12/12, baseado em estudo de viabilidade feito em revisão ao estudo de 31/12/11, foram reconhecidos mais R\$ 2.600 mil. Em 31/12/13, baseado em novo estudo de viabilidade em revisão ao de 31/12/12, foram reconhecidos mais R\$ 3.957 mil. Total em 31/12/13 de R\$ 10.846 mil.

Não existe mais saldo de crédito para ser reconhecido no Resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais.

ii. carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os riscos são os inerentes a toda empresa de construção civil em relação às suas obras executadas.

iii. contratos de futura compra de produtos ou serviços

Não há.

iv. contratos de construção não terminada

No exercício de 2015, as obras se desenvolveram dentro das condições definidas nos contratos firmados com clientes da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários sobre itens evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de Negócios

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas subsidiárias, na formatação de SPE - Sociedades de Propósito Específico, centralizam suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido ao atual cenário de incertezas na economia do País, tendem a demandar serviços em menor escala, mas continuarão a necessitar de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos.

1. Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

No segmento de Construção Pesada, a Companhia continua a participar de forma seletiva de licitações de obras públicas no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil, com perspectiva de lenta recuperação a partir do próximo ano, mas com boas perspectivas para a Companhia.

2. Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. desenvolve suas atividades nas seguintes áreas:

a) Construção Pesada e Construção Civil

As empresas concessionárias de rodovias tendem a compor um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica. Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), são previstos elevados investimentos a serem aplicados em estradas, inclusive em novas concessões para os próximos 5 anos. A ATE tem condições técnicas de participar deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

b) Montagem Eletromecânica

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus principais clientes são: PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, está havendo uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra ("onshore"), acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração de Poços

c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração mantém a execução serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“off shore”).

c.2. Perfuração de Poços

Os serviços de perfuração e completação de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

d) Desenvolvimento Imobiliário

Na área de Desenvolvimento Imobiliário, a Companhia possui cerca de 150 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com base na Lei nº 13.043/2014 foi deferida, em 28/09/15, a liberação dos lotes números 03, 04, 05 e 09, que estavam arrolados no Programa REFIS – I, com o consequente cancelamento das averbações do arrolamento nas respectivas matrículas. Já estão sendo elaborados estudos preliminares visando à implantação de projetos imobiliários nestes imóveis, em uma área de 54 mil m², aproximadamente. Dentro deste contexto, em dez/15, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI - III), tendo sido integralizado no seu capital, pela Companhia, o lote 09 localizado em Pirituba, SP.

3. Expectativa de Receita

3.1 Azevedo & Travassos S.A

Dentro de um viés realista e condizente com o baixo nível da atividade econômica, a expectativa para 2016 é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 20.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE e o término da obra do viaduto para o DER-SP. Observe-se que novos serviços que venham a ser contratados, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2017.

3.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

A receita bruta de 2015 da Controlada ATE foi de R\$ 312.000 mil representando um valor próximo ao alcançado em 2014 (R\$ 317.000 mil) Diante do atual cenário de incertezas na economia do País, a previsão para 2016 é que a receita tenha um comportamento similar ao verificado em 2015, ou seja, próximo de R\$ 300.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações e conquista de novos clientes.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 3.798 mil contra R\$ 4.546 mil em 2014, refletindo a decisão da Diretoria da Companhia em restringir a realização de novos investimentos.

Para 2016 estão suspensas aquisições de máquinas e equipamentos, até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades de produção da ATSA e da ATE.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

FINAME, CDC e Leasing, além de recursos próprios, costumam ser as principais fontes de financiamento para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimentos de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Sem comentários adicionais.